

BIOGRAFIA

MINISTRO ÁLVARO PEÇANHA MARTINS

Nasceu na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, em 6 de março de 1912, filho legítimo de Francisco Martins Júnior e Mariana Peçanha Martins.

O Ministro *Peçanha Martins* tem dois filhos, Francisco Peçanha Martins, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Solange Martins Paes, funcionária do Tribunal Regional do Trabalho - 5ª Região.

Estudou as primeiras letras no Colégio Vitor Soares e no Grupo Escolar Rio Branco e o complementar no Liceu Salesiano de Salvador e no Instituto Baiano de Ensino; realizou Humanidades no Ginásio Figueiredo e no Colégio Ipiranga, ingressando, em 1932, na Faculdade de Direito da Bahia, presentemente Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde se diplomou em 8 de dezembro de 1936; ainda no curso de Direito, foi nomeado Fiscal do Trabalho, cargo do qual se demitiu, a pedido, em 1938 ou 1939.

Advogado na sua terra natal, foi escolhido, em 1946, para compor o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados, cargo que continuou exercendo durante muitos anos, por força de repetidas reeleições.

Em 1950 foi nomeado Assistente Jurídico do Ministério da Justiça.

Em 1954 foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, mandato que exerceu até março de 1959.

Sempre no exercício da advocacia e na qualidade de membro do Conselho da Ordem dos Advogados foi eleito seu Presidente, cargo que exerceu durante o biênio 1966/1967.

Neste ano foi nomeado e passou a exercer, na Bahia, cargo de Juiz Federal da 1ª Vara.

Em 1969 foi nomeado Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Tomou posse em 04.12.1969.

Aposentado, por implemento de idade, afastou-se do Tribunal em 10.03.1982.

Antes do exercício da judicatura viveu, exclusivamente, dos rendimentos de sua advocacia e tomou parte ativa em todos os movimentos cívicos de sua classe, a principiando pela Campanha de Redemocratização do Brasil, em 1944, figurando na chamada "Semana de Rui Barbosa" ao lado de Aliomar Baleeiro, Adalício Nogueira e Aderbal Gonçalves, como um dos seus oradores.

Envolvido na política desde os tempos de estudante, como já dito, Deputado à Assembléia Legislativa do Estado, ocupando sempre a sua tribuna com pronunciamentos e discursos constantes dos Anais da Casa, alguns publicados pela imprensa, notadamente pelo jornal "A Tarde", órgão da oposição na cidade de Salvador.

Costumando dizer que deixou a política temeroso da falência civil, após dois anos, mais ou menos, de haver exercido o cargo de Juiz Federal na Bahia, foi nomeado e tomou posse, em dezembro de 1969, no cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Neste, vale salientar:

Convocado pelo STF, a fim de completar o *quorum* regimental exigido para o julgamento de matéria constitucional no Recurso Extraordinário nº 67.668, interposto nos autos do *Habeas Corpus* nº 2.012.

Eleito suplente do Conselho da Justiça Federal, em sessão do Tribunal Pleno de 09.04.1970, na vaga decorrente da renúncia do Exmo. Sr. Ministro Márcio Ribeiro, para completar o biênio 1969/1971.

Eleito membro efetivo do Conselho da Justiça Federal, para o biênio 1971/1973, em Sessão Plena Extraordinária realizada em 08.06.1971.

Eleito Corregedor-Geral da Justiça Federal, para o biênio 1971/1973, em Sessão Plena Extraordinária realizada em 08.06.1971.

Eleito suplente de Juiz do Tribunal Superior Eleitoral, em Sessão Extraordinária realizada em 15.08.1972, para o biênio 1972/1974.

Eleito membro suplente do Conselho da Justiça Federal, para o biênio 1973/1975, em Sessão Plena realizada em 07.06.1973.

Em Sessão do Tribunal Pleno realizada em 15.08.1974, foi reconduzido ao cargo de Juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral para o biênio 1974/1976.

Em Sessão Extraordinária de 08.04.1975, o Tribunal elegeu, na vaga aberta em decorrência do término do 2º biênio do Exmo. Sr. Ministro Márcio Ribeiro, o Exmo. Sr. Ministro **Álvaro Peçanha Martins** para o cargo de Juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, para o biênio 1975/1977.

Eleito Vice-Presidente do Tribunal, para o biênio 1975/1977, em Sessão Ordinária do Tribunal Pleno realizada em 5 de junho de 1975. Ata publicada no Diário da Justiça de 24.06.1975. Posse e exercício em 23.06.1975.

Eleito Presidente do Tribunal, para o biênio 1977/1979, em Sessão Ordinária do Tribunal Pleno realizada em 02.06.1977. Ata publicada no Diário da Justiça de 17.06.1977. Posse e exercício em 23.06.1977.

Designado para exercer a Presidência da Primeira Turma, a partir de 25.06.1979, de acordo com o decidido em 15.06.1979.

CONDECORAÇÕES

Ordem do Mérito do Trabalho no Grau de Grande Oficial.

Ordem do Mérito da Bahia no Grau de Grande Oficial.

Ordem do Rio Branco.

Mérito Judiciário Militar no Grau de Grã-Cruz.

Mérito de Brasília no Grau de Grande Oficial.

Ordem do Mérito Militar no Grau de Grande Oficial.

Medalha da Faculdade de Direito de Caruaru.

Neste Tribunal pronunciou os seguintes discursos:

No dia da sua posse, em resposta ao Ministro Amarílio Benjamin, em Sessão de 04.12.1969.

No cinquentenário do nascimento de Rui Barbosa, por designação do Tribunal, em Sessão de 1º.03.1973.

Na homenagem póstuma à memória do Marechal Dutra, por designação do Tribunal, em Sessão de 18.06.1974.

Saudação ao Ministro Oscar Corrêa Pina, por designação do Tribunal, em Sessão de 23.06.1975.

Na despedida do Subprocurador-Geral Dr. Firmino Paz, por designação do Tribunal, em Sessão de 22.03.1976.

Discurso proferido em dia de sua posse na Presidência do Tribunal, em Sessão de 23.06.1977.

Palavras em homenagem póstuma ao Ministro Aliomar Baleeiro, em Sessão de 09.03.1978.

Palavras em homenagem póstuma ao Ministro Hermes Lima e à Sua Santidade o Papa João Paulo I, em Sessão de 05.10.1978.

Discurso, como Presidente do Tribunal, na posse de seu substituto, o Ministro Néri da Silveira, em Sessão de 25.06.1979.

Discurso em homenagem à memória do Ministro Amarílio Benjamin, por designação do Tribunal, em Sessão de 11.10.1979.

Palavras na solenidade de lançamento do "Plano Saúde" do TFR, em 04.10.1984.

Julgou, no curso da sua judicatura, milhares de processos e costuma destacar dois votos proferidos: o do Mandado de Segurança nº 72.836, do Distrito Federal, em que concedeu a segurança à Editora Inúbia contra a Censura Prévia que lhe foi imposta, e o do Recurso Especial nº 4.307, perante o Tribunal Superior Eleitoral, em que acentuou que a Lei nº 5.682, de 1971, não podia ampliar o impedimento dos cassados por mais tempo que o estabelecido no próprio Ato Institucional de nº 1.

Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia para a cadeira nº 27, tendo como patrono Renato Bahia, empossando-se em 21.08.1984.

Eleito Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, tendo tomado posse em 20.09.1986, para o biênio 1986/1988.